

Working Paper CEsA CSG 175/2019

SAHEL E MAGREB

– ENSAIO SOBRE O NORTE DE ÁFRICA, UMA REGIÃO EM CONVULSÃO

Maria SOUSA GALITO

Resumo

O artigo centra a sua análise no Sahel e no Magreb. O objetivo é avaliar se são regiões em crise, se há problemas comuns a afetar os países que as compõem, se há características específicas que limitam o seu desenvolvimento, se os conflitos se justificam por questões religiosas ou económicas, padrões culturais ou desafios próprios do terreno. O estudo é macro. Discute um contexto de Estados Frágeis com elevada violência, vulnerabilidade económico-social, lutas de poder ou pelos recursos naturais.

Palavras-Chave Sahel, Magreb, Estados Frágeis, Terrorismo

Abstract

The paper focuses on the Sahel and on the Maghreb. The objective is to assess whether these regions are in crisis, with common problems affecting their countries; if there are specific characteristics limiting their development, and conflicts are justified by religious or economic issues, cultural patterns or local challenges. The study is macro. Debates the role of Fragile States with high violence, economic and social vulnerability, power struggles and fighting for natural resources.

Keywords Sahel, Maghreb, Fragile States, Terrorism.

apoio

WORKING PAPER/DOCUMENTO DE TRABALHO

*O CEsA não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

O CEsA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina é um centro de investigação que se tem dedicado ao estudo do desenvolvimento económico, social e cultural dos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, com especial ênfase no estudo dos países de língua oficial portuguesa, China e Ásia-Pacífico. Além disso, promove a investigação noutros tópicos, teóricos e aplicados, dos estudos de desenvolvimento noutras regiões, tentando promover uma abordagem multidisciplinar e uma interligação permanente entre os aspetos teóricos e aplicados da investigação.

O CEsA está atualmente integrado no CSG - Investigação em Ciências Sociais e Gestão, um consórcio de I&D criado em 2013 no ISEG por quatro dos seus centros de investigação - ADVANCE, CEsA, GHES e SOCIUS. Classificado como “Excelente” no âmbito do último processo de Avaliação de Unidades de I&D promovido pela FCT, o CSG conta com mais de 200 investigadores, incluindo professores do ISEG, docentes de outras escolas, investigadores independentes, bolsiros de pós-doutoramento e estudantes de doutoramento. As atividades do CSG fornecem um enquadramento de alto nível para a investigação e o ensino, tanto a nível nacional como internacional.

O CEsA participa ativamente nas atividades de ensino do ISEG, nomeadamente, no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e no Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento / *Development Studies*, fundamentalmente a dois níveis: através do apoio que dá a esses cursos e da lecionação, pelos seus membros, de várias unidades curriculares, bem como da supervisão de teses e dissertações finais dos alunos. Organiza, igualmente, seminários e conferências ao longo de cada ano letivo, separadamente ou em colaboração com o Mestrado e o Doutoramento.

A internacionalização é também um objetivo importante e que tem sido perseguido através da participação em redes internacionais e programas conjuntos de investigação, bem como na criação de incentivos para ajudar os seus investigadores a aumentar o número de publicações em revistas internacionais de reconhecido mérito.

A AUTORA

Maria SOUSA GALITO

Investigadora do CEsA/CSG/ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.
Doutorada em Ciências Políticas e Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticas, da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2008): <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/index.php/menucesa/equipa-de-investigacao/385>

Mais *Working Papers* CEsA / CSG disponíveis em:

<https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/index.php/publicacoes/working-papers-cesacsg>

CONTEÚDOS

INTRODUÇÃO	4
1. SAHEL VERSUS MAGREB.....	4
2. PRIMAVERA ÁRABE.....	11
CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23
ANEXO	27

Mais *Working Papers* CEsA / CSG disponíveis em:

<https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/index.php/publicacoes/working-papers-cesacsg>

INTRODUÇÃO

O artigo está subdividido em dois capítulos. O Primeiro compara as regiões do Sahel e do Magrebe, com uma pequena análise para cada país que os constitui, pois os espaços estão muito relacionados entre si, já que os traficantes transitam pelas rotas comerciais das antigas caravanas do deserto, ou menos vigiadas pelos agentes da autoridade ou controladas por guerrilhas ou grupos terroristas. Oferecem-se mapas e tabelas estatísticas para as devidas comparações.

O segundo capítulo é sobre a influência da Primavera Árabe no norte de África, com referência às suas principais causas e consequências. Atendendo a que estes Estados são considerados frágeis pela comunidade internacional, pergunta-se se são falhados e porque possuem graves problemas de governança, de estabilidade interna ou junto às suas fronteiras. Avalia a luta antiterrorista, num contexto sensível onde ainda se mantêm ativos antigos guerrilheiros, inseridos em milícias ou grupos terroristas dispostos a desafiar o poder, ou reivindicar a posse dos recursos naturais, reclamando para si as fontes de rendimento e os canais de distribuição. Também se diferenciam diferentes tipos de violência ou crime organizado.

O tema considera-se útil e pertinente no momento atual. Como metodologia de trabalho, foram consultados autores de referência e de apoio material ao texto, com recurso a estatísticas internacionais. A autora responsabilizou-se pelas traduções dos trechos originais para língua portuguesa.

1. SAHEL VERSUS MAGREB

Magrebe e o Sahel são regiões localizadas no Norte de África de maioria muçulmana. Os países que as constituem são, em geral, ex-colónias europeias. As suas fronteiras são, em grande medida, herdeiras da Conferência de Berlim (1884/85), onde foram distribuídas grandes extensões de terra por potências externas sem respeitar divisões socioculturais locais. Alguns autores consideram estes países “Estados Artificiais”¹.

¹ «Estados Artificiais são aqueles em que as fronteiras políticas não coincidem com a divisão das nacionalidades desejadas pelas populações no terreno. Ex-colonizadores ou acordos pós-guerra estabelecidos entre vencedores desconsiderando marcos muitas vezes criaram monstruosidades em que grupos étnicos ou religiosos ou linguísticos eram unidos ou separados sem respeito pelas aspirações dos povos. 80% das fronteiras africanas seguem linhas latitudinárias e

O *Pequeno Magrebe* abrange a Argélia, Marrocos e a Tunísia². O *Grande Magrebe* inclui também a Líbia e a Mauritânia (ver Mapa 1). Na Idade Média passavam por Mouros. Os Mauros eram herdeiros da província romana da *Mauritânia*. Há aqui uma matriz cultural de influência latina, bárbara (vândalos, por exemplo) e muçulmana, de certa forma comum à pré-existente no sul da Europa³, dada a proximidade geográfica, apesar das divergências e até em consequência delas.

Marrocos é uma Monarquia Constitucional⁴. Foi deste território que se partiu à conquista da Península Ibérica em 711. Os árabes seriam expulsos de Portugal (séc. XIII) e Espanha (finais do séc. XV) e depois invadidos, primeiro pelos portugueses com a conquista de Ceuta (1415) e, em seguida, por outras potências europeias, finalmente até à independência da França em 1955.

A Argélia é uma República semipresidencialista independente da França desde 1962. A revolução que deu lugar à libertação nacional foi sangrenta e a população, em certa medida, ficou traumatizada no confronto de oito anos (desde 1954) entre exército francês e as guerrilhas locais, algumas das quais, continuaram extremadas até aos dias de hoje, devotando-se ao terrorismo. A Argélia a norte é incluída no Magrebe, a sul no Sahel. É talvez o maior país africano em extensão territorial. Em termos de governação, ainda não garante liberdades civis fundamentais, com limites à participação política e ao estabelecimento de uma cultura política democrática⁵.

A Tunísia é uma República semipresidencialista independente da França desde 1956. O seu povo deriva dos antigos Cartagineses vencidos pelos romanos nas Guerras Púnicas (Sécs. III-II a.C.). Era considerado um país moderado, muito escolhido por europeus para fazer turismo até à revolução de Jasmim (2010/11). Atualmente possui um governo de unidade nacional⁶.

A Líbia é país independente da França desde 1947. Foi considerado Estado pária, durante décadas, na confluência das principais rotas migratórias de sul para norte. Vive em guerra civil desde a *Primavera Árabe* (2011) e, por agora, possui um governo de acordo nacional reconhecido no exterior mas de poder limitado⁷.

longitudinais e muitos estudiosos acreditam que estas divisões artificiais (...) estão na génese da tragédia económica africana.» (Alesina, 2006: 2)

² Cf. Joffé: 2014: 9.

³ Cf. Merrills, 2004: 3-24.

⁴ Situação política atual, Cf. European Forum, 2018c: 1-9.

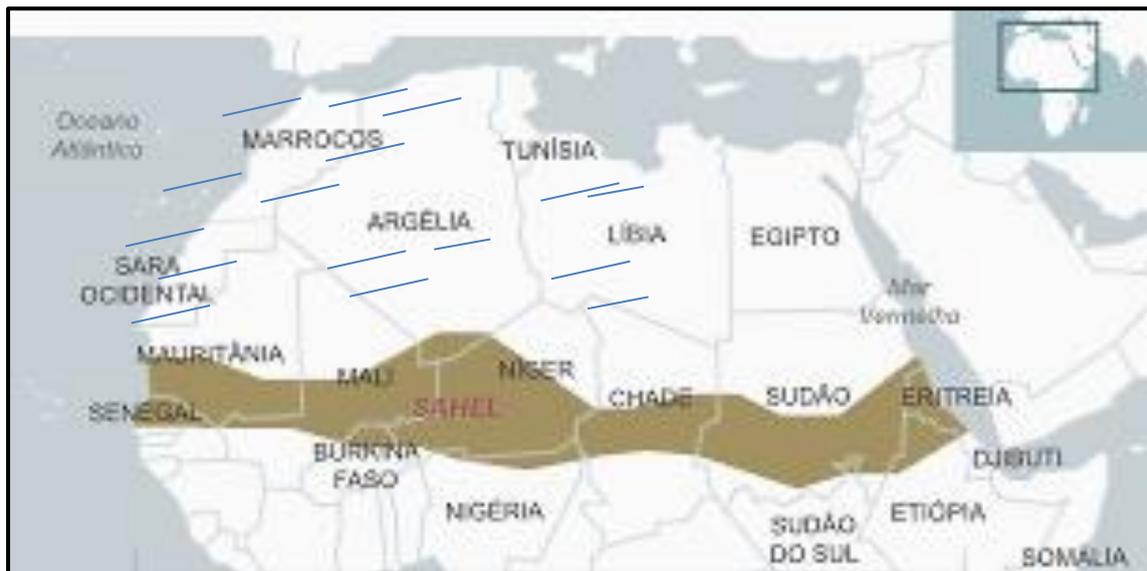
⁵ Idem, 2018a: 1-8.

⁶ Idem, 2018d: 1-12.

⁷ Idem, 2018b: 1-5.

A Mauritânia é uma República semipresidencialista independente da França desde 1960. Disputa com Marrocos a posse do chamado Sahara Ocidental (ex-colónia espanhola) desde 1976. Este território a norte é incluído no Magrebe e a sul no Sahel. Possui rivalidades étnicas que afetam o equilíbrio político interno⁸.

Mapa 1: Magrebe e Sahel



Fonte: Reis (2017)

Listas Azuis (Magrebe). Área Castanha (Sahel)

O Sahel fica a sul do Magrebe. É uma faixa de terra que atravessa o continente africano de Este a Oeste ao longo do deserto do Sahara. Quais os países que o constituem? Nem todas as fontes fazem

⁸ «A complexa política racial da Mauritânia também afeta o terreno em que os Islâmicos operam. A Mauritânia tem três principais grupos raciais: os *Bidan* ou "Mouros Brancos", que falam árabe; os *Haratin* ou "Mouros Negros" que também falam árabe; e populações negras que não falam língua árabe, incluindo etnias como os Wolof e os Soninke. (...) Os Mouros Brancos são descendentes de escravagistas e que há muito tempo ocupam o topo da hierarquia política e social na Mauritânia, e a escravatura de mouros não brancos tem persistido até o presente apesar das leis que proíbem a prática repetida. Desde os anos 1970, os mouros não brancos tornaram-se cada vez mais vocais na luta contra a escravidão, exigindo uma parcela de poder político. Os líderes islâmicos os ativistas têm sido essencialmente Mouros Brancos. No entanto, à medida que os *Haratin* se tornaram mais influente e assumiram papéis de liderança, não só na política mas também como imãs e estudiosos muçulmanos, os islamistas que parecem interessados em usar o Islão como uma plataforma de mobilização política pan-racial podem agora ser capazes de aliciar em novos grupos.» (Thurston, 2012: 6-7)

referência aos mesmos Estados⁹. Parece haver uma divergência no que refere às exatas fronteiras deste espaço. Aqui propõe-se um Sahel que inclua o Senegal, a Mauritânia, o Mali, o Burkina Faso, a Argélia (muito a sul do país), o Níger, a Nigéria, o Chade, o Sudão do Norte e o Sudão do Sul (muito a Norte do país), a Eritreia e a Etiópia (ver Mapa 1).

O Senegal é independente da França desde 1960. Mas foi primeiro colonizado por portugueses (*descoberto* por Dinis Dias em 1445), as suas cultura e língua ainda sobrevivem de alguma forma em Casamansa, pela ligação umbilical ao norte da lusófona Guiné-Bissau. A *questão de Casamansa* continua a dividir interesses instalados na região e cria tensões, algumas delas violentas.

O Mali é herdeiro de antigos impérios da África Ocidental (Império do Gana, do Mali e Songai) e é uma República semipresidencialista desde a independência da França em 1960. Sofreu pelo menos quatro golpes de Estado, em 1968, 1991, 2012 e 2015 e está atualmente em estado de emergência, pois este foi prolongado até outubro de 2019. O norte do país tem sido fustigado por ataques terroristas.

Parte do Níger também fazia parte do antigo Império Songai e obteve igualmente independência da França em 1960. É, no presente, uma República semipresidencialista. É no seu território que se concentra talvez o maior número de tuaregues, pelo que as suas guerrilhas são particularmente ativas neste país e na fronteira com o Mali.

Os Tuaregues foram muito penalizados na divisão de África, no decurso da Conferência de Berlim (1884/85), pois ainda hoje se distribuem por vários países (sobretudo quando nómadas ou rebeldes), tais como a Líbia, o Mali, o Níger, o Chade, Burkina Faso, o norte da Nigéria ou o sul da Argélia.

⁹ Proposta alternativa de países que constituem o Sahel: «A palavra árabe Sāhil literalmente significa a “costa”, pois descreve o começo da vegetação do Sahel como linha costeira delimitando a areia do Sahara. O Sahel é uma zona de transição ecoclimática e biogeográfica entre o deserto do Sahara a norte e as savanas do Sudão a sul, com clima semiárido. Estende-se ao longo do norte do continente africano, entre o oceano Atlântico e o mar Vermelho. O Sahel envolve uns 5400 km (3400 milhas) desde o oceano Atlântico a oeste e o Mar Vermelho a Este, num cinto que varia entre algumas centenas a milhares de quilómetros (620 milhas) em largura, cobrindo uma área de 3053 200 km² (1178 800 sq. mi.). Os Estados do Sahel pós-colonial são o Burkina Faso, o Chade, o D’Djibouti, Eritreia, Etiópia, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Somália, Sudão e Sudão do Sul.» (Danjibo, 2013: 18)

O Burkina Faso é uma República semipresidencialista independente da França desde 1960. Herdeiro dos Reinos Mossis ficou conhecido pela República do Alto Volta, antes de adotar o atual nome em 1984.

O Chade obteve a independência da França em 1960 e é uma República presidencialista. A religião muçulmana é dominante, mas ronda metade da população, também porque o país é culturalmente diverso. Junto à fronteira, é afetado pela violência (ou ataques terroristas) de grupos de origem nigeriana.

A Nigéria é um país de maioria muçulmana a Norte, onde vigora a lei da *sharia*.¹⁰ O mesmo não acontece a sul. País muito rico em recursos naturais, não tem correspondido às expectativas externas, em termos de desenvolvimento sustentável e de poder regional devido a crónicos problemas internos. É um dos principais exportadores de petróleo de África, para além da Argélia.

O Sudão era a terra dos antigos núbios, localizados a sul do Egito. Foi considerado o maior país de África até se dividir em dois em 2011. A República do Sudão (ou Sudão do Norte) é uma República presidencialista independente da França desde 1956. Viveu longos períodos de instabilidade política e social, com pelo menos duas guerras civis oficiais (1955/72 e 1983/2005). O Conflito de Darfur originou crise humanitária com tal número de vítimas que chegou a ser considerado genocídio pela ONU (Badmus, 2008: 337). A população do Sudão do Norte é quase exclusivamente muçulmana.

O Sudão do Sul (ou Novo Sudão) é independente do seu irmão mais pobre desde 2011. É uma República presidencialista que gere elevadas reservas de petróleo (principal fonte de receitas do país), que o vizinho do Norte se encarrega de distribuir até ao Mar Vermelho através dos seus oleodutos. A maioria da população professa religião cristã ou tradicional africana.

A Etiópia foi durante muito tempo uma Monarquia. Hoje em dia é uma República federal parlamentarista. Fica localizada no chamado *chifre de África* e é uma das civilizações mais antigas deste

¹⁰ «O caso do colosso nigeriano é paradigmático. Sendo o país mais populoso de África e o segundo com maior número de muçulmanos – logo a seguir ao Egito – a Nigéria tem a Norte do seu território, em especial através da etnia Hausa-Fulani, fortes ligações com irmandades muçulmanas da África Ocidental, bem como aos centros de ensino islâmico no Médio Oriente. Doze das trinta e seis províncias nigerianas operam sobre a *Sharia* – lei geral islâmica –, tendo as fronteiras a Norte fragilidades tais que se tornam cada vez mais permeáveis a grupos hostis provenientes do corredor que liga o Iémen, a Arábia Saudita, o Sudão e o Chade. (...) A lei islâmica tornou-se por um lado, num fator de fortalecimento do poder político nigeriano e, por outro, veio agudizar as clivagens crónicas entre cristãos e muçulmanos no país.» (Pires de Lima, 2006: 87)

continente. Conhecida por antiga Abissínia, não chegou a perder a independência, se excetuarmos a invasão italiana de 1935/36. A sua população ainda é maioritariamente cristã. Em termos étnicos, é dos países mais diversificados da região.

A Eritreia libertou-se da colonização italiana em 1942 e da administração britânica em 1952. Declarou independência da Etiópia em 1993 e possui atualmente um governo provisório, que se justifica com base em conflitos étnicos recorrentes, fluxos migratórios constantes e acordos de paz violados regularmente com o país vizinho (Etiópia).

Os referidos países são comparados ao nível de alguns indicadores socioeconómicos (Ver Anexo, Tabela A1 e A2). Em 2018, a Argélia (42, 326 milhões) era o país mais populoso do Magrebe e a Nigéria do Sahel (193, 875 milhões). A inflação estava particularmente elevada no Sudão do Sul (104%). Na Líbia, um país com baixo índice populacional e elevados recursos naturais explorados pelo Estado, o PIB *per capita* a preços correntes estava artificialmente valorizado e, nessa medida, não traduzia a realidade vivida no terreno. Os países do Sahel são, na sua maioria, pobres; com casos gritantes, por exemplo, de PIB *per capita* a preços correntes de 246 dólares por mês no Sudão do Sul; 510 no Níger; e 751 dólares no Burkina Faso.

Na Tabela 1 é possível constatar que todos os países do Magrebe e do Sahel estão sob aviso ou alerta da comunidade internacional (abaixo das categorias de *sustentável* ou mesmo de *estável*, como os principais estados-membros da União Europeia).

Tunísia, Marrocos e Argélia estão sob “aviso elevado” mas são casos menos preocupantes situados a norte e, portanto, junto ao Mediterrâneo. O Chade e os dois Sudões são, de acordo com a Tabela 1, os Estados mais frágeis do Sahel. A Líbia, a meio da tabela, é o país mais alarmante no contexto do Magreb.

Tabela 1: Estados Frágeis (2018)

Países	Pontuação*	Categoria
Tunísia	72.1	Aviso Elevado (<i>Elevated Warning</i>)
Marrocos	74.0	Aviso Elevado (<i>Elevated Warning</i>)
Argélia	75.8	Aviso Elevado (<i>Elevated Warning</i>)
Senegal	79.6	Aviso Elevado (<i>Elevated Warning</i>)
Burkina Faso	86.5	Aviso Mais Elevado (<i>High Warning</i>)
Mauritânia	92.2	Alerta (<i>Alert</i>)
Mali	93.6	Alerta (<i>Alert</i>)
Líbia	94.6	Alerta (<i>Alert</i>)
Níger	96.2	Alerta (<i>Alert</i>)
Eritreia	97.2	Alerta (<i>Alert</i>)
Etiópia	99.6	Alerta (<i>Alert</i>)
Nigéria	99.9	Alerta (<i>Alert</i>)
Chade	108.3	Alerta Elevado (<i>High Alert</i>)
Sudão do Norte	108.7	Alerta Elevado (<i>High Alert</i>)
Sudão do Sul	113.4	Alerta Máximo (<i>Very High Alert</i>)

Fonte: FFP (2018)

*Quanto maior, pior.

Os Estados mais frágeis do Magrebe e do Sahel tendem a não cumprir com os requisitos de uma Democracia liberal moderna, se o poder for exercido de forma arbitrária, sem respeito pelas leis, quando abunda a corrupção ou a justiça não é prioridade; sem *rule of law*, respeito pelos direitos humanos, ou eleições livres¹¹ abertas a diferentes partidos com respetivas ideologias e visões estratégicas para o futuro.

Sendo assim, como designar estes países mais frágeis do ponto de vista da governança? Uma hipótese é Estados Falhados (*Failed States*)¹² quando são “tensos, profundamente conflituosos, perigosos

¹¹ Kritikou, 2017: 20.

¹² Id. Ibid.: 32.

e contestados amargamente por fações belicosas”¹³. Mas é termo controverso, por vezes impreciso¹⁴ do ponto de vista académico e chega a ser evitado, quando se entende politicamente incorreto ou neocolonialista. Conceitos alternativos serão talvez “Estados Frágeis” (*Fragile States*)¹⁵, “Estados Falidos” (*Failing States*)¹⁶. Ou “Estados Falsos” (*Faux States*), criados a régua e esquadro no tempo da colonização, que ainda não conseguiram criar uma robustez institucional ou político-social, nalguns casos mais extremos, “que não seja apenas puramente formal no sentido legal”¹⁷, como se pudessem desintegrar-se sem apoio internacional. O problema é que algumas proclamações de independência defraudaram expectativas legítimas de povos que queriam livrar-se de imposições imperialistas e assistiram incrédulos à substituição de elites externas por outras internas, tão ou mais abusadoras, incapazes de organizar os territórios de forma eficaz e não violenta.

2. PRIMAVERA ÁRABE

O Norte de África resistia ao Inverno quando, em dezembro de 2010, um jovem tunisino se autoimolou na Tunísia em protesto contra o governo, num contexto de crise económica que defraudava as expectativas de uma geração informada e com acesso à internet, conectada através de redes sociais que o regime ditatorial negligenciava ou não conseguia controlar; e que serviu de rastilho a uma onda de protestos que levaria, em alguns casos, às revoluções populares da *Primavera Árabe* (em alusão à *Primavera de Praga*, 1968). Quais as causas desta onda de protestos?

O mundo mudara com duas crises originárias nos EUA (país considerado hiperpotência no início do séc. XXI). Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 (em Nova Iorque, centro económico; e

¹³ «Estados falhados são tensos, profundamente conflituosos, perigosos e contestados amargamente por fações belicosas. Em muitos Estados falhados, as tropas governamentais combatem revoltas armadas lideradas por um ou mais rivais. Ocasionalmente, as autoridades oficiais de um estado falhado enfrentam duas ou mais insurgências, variedades de instabilidade civil, diferentes graus de descontentamento geral, ou ampla dissidência diretamente contra o estado ou grupos dentro do estado. Não é a intensidade absoluta da violência que identifica um estado falhado. Ao invés disso, é o caráter duradouro dessa violência (...)» (Rotberg, 2014: 5)

¹⁴ «Caraterizar um estado falhado é, portanto, um processo importante e relevante, em especial porque o fenómeno tem sido pouco pesquisado, com a literatura marcada por definições imprecisas e pela pobreza de casos bem argumentados, instrutivos ou bem delimitados. Mais do que isso, compreender exatamente porque estados frágeis se tornam falhados ajudará os políticos a desenhar métodos para o prevenir (...)» (Id. Ibid.: 1-2)

¹⁵ Kritikou, 2017: 33.

¹⁶ Id. Ibid.: 13.

¹⁷ Brooks, 2005: 1168.

Washington D.C., centro político do país) tiveram origem criminosa. Mas a Administração de George W. Bush elevou delinquentes à categoria de guerreiros de uma causa transnacional; e invadiu, com o apoio de aliados, países como o Afeganistão e o Iraque (que não tinham invadido os EUA). A *Estratégia Global das Nações Unidas contra o Terrorismo* (08/09/2006¹⁸), que se seguiu, talvez bem-intencionada, não resolveu o problema e perpetuou pressão sobre sociedades tradicionais (orgulhosas, algumas ex-impérios) que se sentiram alvo de reprovação internacional ou sob ameaça de ingerência do exterior.

Depois, a mudança geopolítica de 2001 deu lugar à crise imobiliária nos EUA que alastrou pelos mercados internacionais em 2008. Resultou na falência de vários bancos especializados em hipotecas de alto risco; e gerou efeitos negativos noutros mercados vulneráveis, incluindo os do Magreb e do Sahel.

Mas havia problemas regionais. Os fortes fluxos migratórios de Sul para Norte exerciam pressão sobre *fronteiras-tampão*, negociadas para proteger a União Europeia. Países como a Líbia, a Tunísia e o Egito estavam talvez mais vulneráveis na época, por não conseguirem integrar toda a gente, nem oferecer emprego ou salvaguardar expectativas da população mais jovem desses países.

No Magreb e no Sahel também havia guerrilhas que recorriam ao terrorismo. A AQMI (Al Qaeda do Magreb Islâmico) tinha origens no antigo GSPC (Grupo Salafista para a Pregação e Combate) e era especialmente ativa no sul da Argélia. Tinha até uma ramificação, desde 2011, de nome Mujao (Movimento para a Unidade da Jihad na África Ocidental).¹⁹

Entre os grupos terroristas destacavam-se talvez os talibãs da Nigéria, conhecidos por Boko Haram (desde 2002 e especialmente sangrentos entre 2011/15). Por volta de 1990 foi criado o GICM (Grupo Combatente Islâmico Marroquino) e o GCIL (Grupo de Combate Islâmico Líbio). Outros grupos poderiam ser mencionados, porque o clima de instabilidade e de impunidade (sobretudo em certas zonas remotas ou junto às antigas rotas de caravanas do deserto) e a revolta anti-sistémica (que os seus agentes consideravam libertadora ou até independentista) assim o permitia.

¹⁸ «Estratégia global das Nações Unidas contra o Terrorismo. Pilar I, Abordar as condições que ajudam a propagar o terrorismo. Pilar II, Prevenir e combater o terrorismo. Pilar III, reforçar a capacidade dos Estados e fortalecer o papel da ONU. Pilar IV, garantir os direitos humanos e o Estado de Direito. (...) A Assembleia Geral aprovou a Estratégia Global das Nações Unidas contra o Terrorismo a 8 de setembro de 2006. A Estratégia é um instrumento único para intensificar as iniciativas nacionais, regionais e internacionais de luta contra o terrorismo.» (ONU, 2006)

¹⁹ «A ameaça crescente do terrorismo tem sido a principal razão para a região do Sahel se ter visto sob os holofotes internacionais nos últimos anos. As coisas vieram ao de cima em 2012 com a tomada do norte do Mali pela Al-Qaeda para o Magreb Islâmico (AQIM) e pelo seu ramo dissidente o Movimento para a Unidade da Jihad na África Ocidental e Ansar Dine, liderado pelo ex-rebelde tuaregue Iyad Ag Ghali, na sequência do golpe militar de Março de 2012 no Mali.» (Koepf, 2014: 11)

Quais as consequências? A ânsia pela liberdade democrática gerou um reordenamento geopolítico baseado na queda de governos longevos. No Magreb, Ben Ali fugiu da Tunísia em janeiro de 2011; Hosni Mubarak deixou o poder em fevereiro de 2011 e foi a julgamento no Egito; e Muammar Kadhafi foi assassinado na Líbia em outubro 2011. Na área de influência, Ali Saleh resistiu no Iémen até janeiro de 2012, mas depois exilou-se em Omã. Entre os resistentes temos Bashar al-Assad na Síria desde março de 2011, pois a guerra civil continua; Recep Erdogan reforçou poderes presidenciais após sobreviver a golpe militar perpetrado em julho de 2016. Pelo que a *Primavera Árabe* também extremou posições em prol da sobrevivência. Aumentou a incerteza política²⁰ e, nessa medida, enquanto “quarta vaga da democratização” falhou²¹.

Posto isto, coloca-se a questão: foi a Democracia que fracassou, ou este modelo tem dificuldades em vingar no Magreb ou no Sahel? A resposta pode ser política, ideológica e, portanto, não consensual. Mas talvez seja possível debater um pouco sobre o tema.

Uma Democracia indireta implica escolha de representantes.²² Se o povo é soberano, este é consultado regularmente através do voto²³, como forma de manter ativo o contrato social²⁴ entre as populações e o Estado.

Nas Democracias em que a Justiça falha, ou em que não há *checks and balances* nas instituições, o contexto tende para a desregulação. Os eleitores, sentindo-se inseguros, podem votar em extremistas ou anti-sistémicos – tais como ditadores, populistas ou fundamentalistas religiosos – na tentativa de resolver rapidamente os seus problemas, ainda que correndo o risco de criar agruras maiores.

²⁰ «A *Primavera Árabe*, que levou ao fim dos regimes autoritários da Tunísia, Egito e Líbia, foi recebida com grande expectativa, em especial pela esperança de uma maior expansão da Democracia. Infelizmente, todavia, a *Primavera Árabe* apenas trouxe um período de incerteza política aos países afetados e abriu portas à instabilidade política no Sahel e na África Subsariana.» (Danjibo, 2013: 16)

²¹ «Pedindo emprestado da terceira vaga da democratização de Huntington, podia-se concluir que a revolução que inundou os Estados Árabes podia ser considerada uma “quarta vaga da democratização”, exceto pelo facto de se ter passado de um movimento revolucionário para a incerteza e instabilidade política.» (Id. Ibid: 17)

²² «(...) o sistema adotado a partir do século XVIII foi o representativo, onde os cidadãos se fazem presentes indiretamente na elaboração das normas e na administração da coisa pública através de delegados eleitos para esta função.» (Bastos, 1992: 237)

²³ Democracia enquanto “governo do povo, pelo povo, para o povo” (Abraham Lincoln, 19/11/1863, “The Gettysburg Address”. In Gienapp, 2002: 184)

²⁴ «A Democracia se apresenta como modelo de organização política, consequência da evolução social contemporânea. É o fundamento das decisões coletivas responsáveis pela contingência dos anseios e necessidades sociais que visem à perpetuação do contrato social. Além disso, suas premissas teóricas são o que sustentam a legitimidade da ficção-Estado no cerceamento lícito da liberdade individual.» (Tonet, 2016: 45-46)

Num Estado de Direito Democrático há um código de valores comum traduzido em lei²⁵ que define, por exemplo, quem pode exercer o dever cívico. Ao eleitor compete escolher o candidato de forma individual, livre e desprendida, com base em informação credível. O modelo é eficaz se a população conhece plenamente as suas obrigações e os seus direitos, e os exerce.

O Estado democrático aplica a justiça para promover um sistema equilibrado e seguro em que os cidadãos possam exercer a sua liberdade constitucional.²⁶

Em sociedades horizontais de matriz liberal e individualista (tais como as do Norte da Europa), os jovens ganham autonomia, desde cedo, em relação aos pais e à família. O Estado defende leis em que cada cidadão tem o direito de pensar pela própria cabeça, de efetuar escolhas pessoais em liberdade e profissionais em igualdade de oportunidades. Parte-se do princípio que cada eleitor decide e vota em total liberdade. Este é talvez o sistema em que o Estado de Direito Democrático melhor funciona.

No mundo latino, a tradição é hierárquica, ou seja, vertical. As leis do Estado defendem a monogamia normativa (a bigamia e a poligamia são penalizadas por lei) e a sociedade tende a formar famílias que transmitem diretamente os seus valores (morais, patrimoniais, cívicos) à prole. Os cidadãos de uma determinada família tendem a votar no mesmo partido político, a pertencer ao mesmo clube de futebol, etc. Não é sempre assim, pois se aposta cada vez mais na individualidade, em liberdade, também por influência da cultura dos EUA propagada pelos meios de comunicação internacionais e, portanto, o Estado de Direito Democrático também funciona nestas comunidades. Mas tem de haver constantes *checks and balances* para evitar o nepotismo ou a perpetuação, no poder, de determinadas famílias ou elites.

²⁵ «(...) a constituição condicionou a legitimidade do domínio político à prossecução de determinados fins e à realização de determinados valores e princípios (soberania popular, garantia dos direitos fundamentais, pluralismo de expressão e organização política democrática); normativo-processualmente, porque vinculou a legitimação do poder à observância de determinadas regras e processos (*Legitimation durch Verfahren*). É com base na articulação das bondades materiais e das bondades procedimentais que a Constituição respondeu aos desafios da legitimidade-legitimação ao conformar normativamente o princípio democrático como forma de vida, como forma de nacionalização do processo político e como forma de legitimação do poder. O princípio democrático constitucionalmente consagrado, é mais do que um método ou técnica de os governantes escolherem os governados, pois, como princípio normativo, considerado nos seus variados aspetos políticos, económicos, sociais e culturais, ele aspira a tornar-se impulso dirigente de uma sociedade» (Canotilho, 2002: 287-288)

²⁶ «Desse frutífero diálogo, nasce uma abordagem democrática da justiça que tem, pelo menos, cinco pontos fortes: (1) adota uma conceção não institucional de política; (2) parte da constatação da opressão; (3) ultrapassa a dualidade entre público e privado; (4) opera com uma visão não homogeneizadora de igualdade; e (5) quebra a cristalizada dicotomia entre indivíduo e comunidade, que alimenta a suposta oposição entre liberalismo e comunitarismo.» (Mendonça, 2012: 120)

No Magreb e no Sahel ainda há sociedades tribais²⁷, hierárquicas e poligâmicas²⁸. Sobretudo nas regiões mais tradicionais, os homens ditam as regras e continuam a ser a principal fonte de rendimento da casa. Assim sendo, são eles que distribuem recursos por todos aqueles que estão na sua dependência (e podem ser dezenas de indivíduos). A tribo tende a seguir as indicações políticas do chefe tribal; caso contrário, os mais rebeldes arriscam-se a ser prejudicados ou severamente punidos. Os líderes, aquando interconectados por redes clientelistas, rivalizam entre si. A solução de governo é negociada, ou é fruto de uma acérrima luta de poder.

Uma Democracia de matriz europeia, baseada na escolha individual, pode talvez destabilizar o sistema tribal. Sobretudo se põe em causa a autoridade do líder tribal. Se mina a influência do homem sobre aqueles que dependem de si (esposas, filhos e outros parentes) ou sobre os seus pares (outros chefes tribais). O contexto político-social pode ser altamente competitivo, em que os líderes alimentam rivalidades. A alternância de poder faz-se, às vezes, por golpes militares ou palacianos. Portanto, ou se aplica um modelo semelhante ao da República romana, ou a Democracia pode não oferecer, nestas regiões, os resultados esperados pelos observadores eleitorais internacionais originários de países liberais.

Na Sahel, para além de sociedades tribais, há algumas comunidades de aldeia, talvez mais sul, em confluência com a cultura subsariana, tradicionalmente não muçulmana mas animista, com instituições consuetudinárias, em que há um soba ou um conselheiro de anciãos²⁹. As mulheres providenciam os filhos e entreadjudam-se nas lides domésticas (*é preciso uma aldeia para educar uma criança*). Aos homens compete proteger e administrar o território, supervisionar fontes de recursos naturais ou utilizar rotas comerciais. Nesta cultura *quem manda é o chefe* e este não abdica das funções de líder a não ser que morra ou seja destronado por um rival. Os outros submetem-se.

Portanto, nas sociedades de aldeia, costuma haver um candidato eleito com mais de 90% dos votos, que é sempre o mesmo durante décadas, pois tende a perpetuar-se no poder. Quando assim é, a Democracia é mais formal que substancial.³⁰ É um golpe de teatro para entreter observadores eleitorais

²⁷ Tribalismo na Tunísia. Cf. Yacoubi, 2014: 25-32.

²⁸ Poligamia em Marrocos. Cf. Laamiri, 2014: 33-52.

²⁹ Cf. Marcos, 2007: 3-12.

³⁰ «Por isto, a Democracia constitucional não é apenas uma forma de governo, fundada no poder do povo ou mesmo um método para a tomada de decisões coletivas, marcado por limitações substanciais ao exercício do poder, pela maioria. É também um ideal igualitário, não podendo a Democracia, em sentido formal, ser separada da Democracia substancial.» (Cambi, 2011: 30-31)

estrangeiros com ilusões de ótica. A alternância de poder é sangrenta (à custa de golpes militares ou de Estado) ou negociada (quando sucede um delfim do líder anterior).

Estes são apenas alguns exemplos que podem incentivar a reflexão sobre o tema. Sem esquecer que as diferenças resultam de diferenças culturais e sociais. Nem todos os povos gostam de viver sob iguais regras e, portanto, nem sempre preferem as mesmas soluções políticas ou formas de governo.

África é um continente, grande e cheio de contrastes. Ainda possui sociedades onde talvez haja relação de causa-efeito entre divisão étnica e partidos políticos frágeis³¹.

Conviver em diversidade étnica ou religiosa tem o seu valor civilizacional. A dificuldade surge quando os códigos de valores não são compatíveis. Quando as partes não se entendem sobre as regras a aplicar em sociedade, sobre a forma de fazer justiça. Por exemplo, não se pode ser simultaneamente a favor e contra a castração feminina, numa mesma comunidade.

A dimensão religiosa também é cultural e manipulada localmente³² por líderes extremistas ou oportunistas que, em prol dos seus fins, usam e abusam de populações desesperadas ou sem rumo.

Os fluxos migratórios inserem-se neste contexto como forma de escapar à miséria ou à violência armada. Mas são mais uma prova do projeto falhado de certas independências, pois estas pessoas fogem em direção ao continente europeu, onde estão localizadas as antigas potências ultramarinas das ex-colónias de onde são originários.

Deviam-se talvez fomentar relações Sul-Sul no sentido de intensificar a cooperação entre países vizinhos, sobretudo no hemisfério Sul. Curiosamente, ou nem tanto, os migrantes continuam a preferir a organização dos países europeus à dos países vizinhos. Os próprios Estados africanos, inclusive os mais frágeis, relacionam-se com a União Europeia no sentido de apelar ao sentimento de solidariedade internacional para recolher fundos para a sua industrialização e reconstrução, mantendo fortes as relações hemisféricas Norte-Sul. Mas há décadas que os países desenvolvidos enviam ajuda ao desenvolvimento

³¹ «Alguns artigos consideram as divisões étnicas como uma das causas da fragilidade dos partidos políticos em África. Argumenta-se ainda que a falta de divisões de classe e a ausência de uma forte sociedade civil levou os partidos políticos africanos a estabelecerem-se com base em padrões étnicos.» (Teshome, 2008: 801)

³² «Ainda temos a dimensão religiosa, que também é cultural. Independentemente do que está escrito nos livros sagrados, há sempre líderes religiosos que os interpretam à sua maneira. Se esta for extremada ou levar a comportamentos fanáticos entre os seus seguidores, podem surgir rivalidades e conflitos que se consideram religiosos mas que são mais político-económicos ou socioculturais, do que a tradução terrena da palavra divina. Isto porque as religiões são diferentes e cada povo adapta-as às suas raízes culturais e hábitos de vida característicos. Grupos fundamentalistas islâmicos como o Boko Haram e a AQIM almejam a implantação da Sharia, das leis islâmicas. Mas independentemente da leitura religiosa que façam dos textos sagrados ou da sua leitura nas culturas em que atuam, sabe-se que manipulam as populações com vista a controlá-las mais facilmente; para que sigam as suas demandas.» (Sousa Galito, 2012a: 160)

para países cujas elites locais desbaratam as contribuições, sem investir adequadamente em reformas estruturais capazes de resolver os problemas das populações, perpetuando o sistema de dependência em relação ao exterior. As trocas comerciais Norte-Sul parecem mais justas, ao fomentarem uma relação entre iguais, mas ajudam a criar monopólios de Estado em países com má distribuição de recursos, os quais mal chegam aos cidadãos mais carenciados. Quando estes se revoltam contra a assimetria de rendimentos, os extremos tendem a alastrar.

No período pós-colonização e após as respetivas proclamações de independência, várias guerrilhas recorreram ao terrorismo; e tornaram-se traficantes, quando incapazes de se integrar em sociedade, de reclamar o poder político, ou a posse dos recursos naturais (petróleo, minerais, água potável, etc.); ou para obterem fontes alternativas de rendimento através de redes de tráfico humano, de órgãos, de armas ou de drogas³³ ao longo do Sahel ou do Magrebe.

Guerrilheiros são dificilmente catalogados de terroristas, mesmo quando praticam atos que possam ser qualificados como violência extrema sobre civis. As diferenças entre grupos não ser fáceis de definir³⁴ ou de assumir publicamente. Sobretudo quando eles proclamam defender as populações mais frágeis (oferecendo segurança contra o exército, os cobradores de impostos, as expropriações do Estado às populações mais tradicionais, etc.) ou agem à Robim dos Bosques, tirando aos ricos para dar aos pobres, por falta de confiança na justa distribuição da riqueza pelas instituições normais. Movimentam-se na clandestinidade. Atuam pelos intervalos da chuva e preenchem vazios de poder³⁵. Também não

³³ «Nos últimos anos, as comunidades do Sahel têm sobrevivido a rebeliões armadas, a ataques terroristas e à pressão do narcotráfico com a consequente proliferação de armas e maior instabilidade na zona. Os principais fluxos internacionais de droga são sobretudo provenientes da América Latina (sobretudo da região andina, ou até mesmo da Colômbia se estivermos a reportar-nos concretamente à cocaína) e grande parte do seu consumo é efetuado no espaço económico da União Europeia, sendo que a droga entra por países como Portugal e Espanha. Neste processo, a África Ocidental e os países do Sahel ajudam a escoar o produto, pelo que são grandes intermediários. Desperta-se a atenção para a rota junto à costa marítima da África ocidental, que inclui Estados do Sahel, tais como a Mauritânia e o Senegal. Mas igualmente para a rede que percorre o deserto e passa pelo Sudão, Chade até à Líbia, ou o que atravessa a Nigéria, Níger e Mali em direção à Argélia (...)» (Sousa Galito, 2013: 6)

³⁴ «Identificar claramente quem lidera estes grupos hoje em dia, como estão organizados internamente, de onde e como recrutam os seus membros, e onde operam exatamente, continua a ser um desafio difícil. As fronteiras entre os vários grupos são espúrias e as fontes primárias que podiam dar-nos algumas ideias sobre a estrutura e objetivos destes grupos não está disponível.» (Koepl, 2014: 14)

³⁵ «Entre os intervenientes violentos que preenchem as lacunas do poder dos estados frágeis e falidos de África encontram-se os islamistas de tendências extremistas. Com a prestação de serviços básicos e de segurança, estes extremistas esperam obter uma maior aceitação dos seus programas ideológicos por parte das populações. A incapacidade de um estado de declarar o monopólio da força legítima, por conseguinte, abre a porta aos extremistas para construírem a sua base de poder político.» (Devlin-Foltz, 2010: 1)

ajuda o facto da luta antiterrorista, para alterar contexto securitário³⁶, supostamente baseada em cooperação transfronteiriça ou mesmo internacional, nem sempre existe ou funciona eficazmente³⁷.

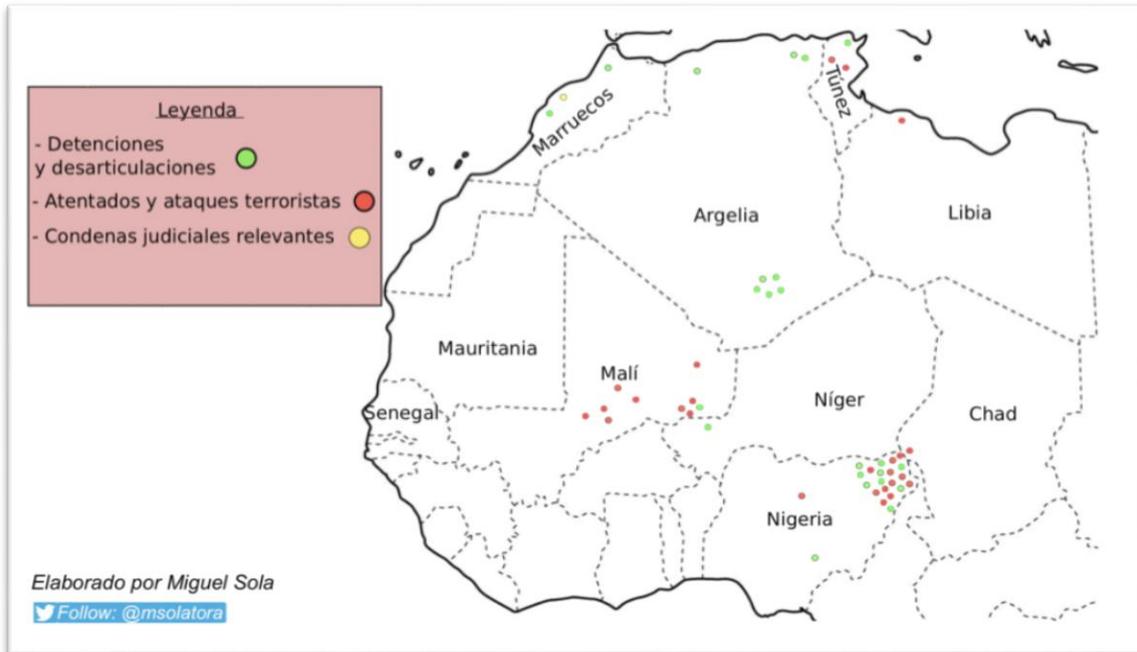
A logística com que trabalham é obtida à medida das possibilidades de cada organização. A estrutura é flexível e camaleónica, feita à margem da lei mas com ligações que resultam da “comunhão de interesses”, com certos indivíduos ou pequenos grupos a mudar de grupo por “razões oportunistas” (Koepf, 2014: 15). Mas nem todos os autores concordam com uma leitura de conjunto ou pan-africana da ameaça terrorista no norte de África; ou com as teorias do “arco do terrorismo” sobre África ou da “afeganistização do Sahel” (Rekawek, 2014: 20), por supostamente não haver provas concretas sobre o controlo territorial feito através do exterior, do Médio Oriente, por exemplo.

O Mapa 2 reúne informação recente sobre a atividade terrorista na região estratégica em debate. Os atentados e ataques terroristas parecem ter-se concentrado na Tunísia, na Líbia, no Mali e no Norte da Nigéria. Marrocos e a Argélia, mas também o governo da Nigéria, têm-se esforçado por deter e dismantelar as células ativas. Também houve uma importante condenação judicial em Marrocos, o que coloca este país numa luta concreta, não apenas declarada mas igualmente concretizada, contra o terrorismo.

³⁶ «Muitas políticas baseadas numa declarada “guerra ao terrorismo” trouxeram uma mudança no contexto securitário com implicações severas para as normas internacionais, direitos humanos e cidadania. Os atores não-estaduais exercem grande alavancagem através de violência política transnacional e crime organizado; os padrões da migração estão a mudar em resposta à degradação ambiental e falta de oportunidades; e o género continua a ser um dos principais marcos de desvantagem.» (Large e Sisk, 2006: 1)

³⁷ «A cooperação antiterrorista entre países fronteiriços (Argélia, Mali, Níger, Mauritânia e Líbia) está até nova ordem suspensa e cheia de desacordos. Caracterizada por uma desconfiança recíproca que bloqueia a construção de uma autêntica política de segurança comum, distingue-se por uma série de estratégias nacionais paralelas, às vezes contraditórias, que podem resultar contraproducentes. Confrontada com o aumento dos ataques e dos sequestros, cada país da região, reage segundo a sua perceção da ameaça, em função dos seus interesses de política interna, com capacidades desiguais e dispersas. A intensificação dos acontecimentos recentes não fez mais do que confirmar a ausência de um planeamento integrado e coordenado. Ao contrário, as diferenças se agudizam, as suspeitas se intensificam e os governos atiram à cara mutuamente a responsabilidade da degradação da situação.» (Sousa Galito, 2012b: 107)

Mapa 2: Atividade Jihadista no Magrebe e no Sahel Ocidental (setembro 2018)



Fonte: Sola (2018)

Para além de terrorismo, existem outros tipos de violência na região do Sahel. Os quais podem talvez ser resumidos na Tabela 2. Combater o crime organizado é extremamente difícil, pois exige muito das instituições e da sociedade como um todo, de forma permanente e consistente.

Do ponto de vista institucional, para haver terrorismo de Estado é necessário que o governo vigente tente minar a resistência interna ao seu poder, se necessário, recorrendo a políticas de limpeza da sociedade sobre grupos étnicos ou marginais ou sectoriais³⁸.

Da perspetiva política a violência subdivide-se em guerrilha, conflito paramilitar, assassinatos políticos, conflito armado entre partidos políticos e terrorismo de grupos não-governamentais nacionais ou internacionais.

³⁸ Terrorismo de Estado em África. Cf. Strydom and Ncube, 2016: 16-26.

Tabela 2: Principais Tipos de Violência

Categorias	Tipos	Manifestações
Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Terrorismo de Estado 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas de <i>limpeza</i> da sociedade sobre grupos étnicos ou marginais ou sectoriais • Neutralização da resistência interna
Política	<ul style="list-style-type: none"> • Violência de grupos não-governamentais 	<ul style="list-style-type: none"> • Guerrilha • Conflito paramilitar • Assassinatos políticos • Conflito armado entre partidos políticos • Terrorismo nacional e transnacional
Económica	<ul style="list-style-type: none"> • Crime organizado • <i>Gangs</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Tráfico de drogas • Tráfico humano e prostituição • Conflito sobre recursos naturais e violência territorial por disputas económicas • Extorsão e raptos para obter resgate • Assaltos a bancos, lojas e casas particulares • Roubo de rua – incluindo furto de carros, carteiras e outros objetos pessoais
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Crimes passionais • Delinquência/ Marginalidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Abuso físico e psicológico • Crime de género • Crime de ódio • Brigas de bares; confrontações espontâneas nas ruas ou em encontros desportivos

Fonte: Autora (baseado em Moser, 2004: 2)

A guerrilha³⁹ é um fenómeno intimamente relacionado com as lutas pela independência de povos e territórios, pelo que as suas atividades são muitas vezes apoiadas pelas populações locais e analisadas sobretudo do ponto de vista político.

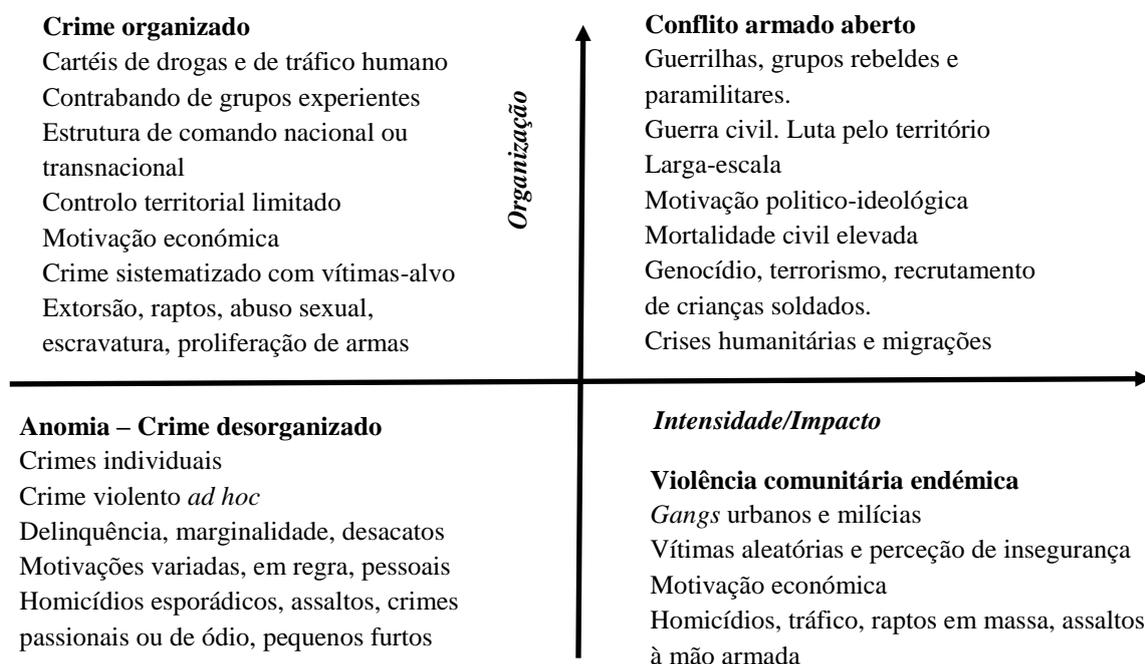
Quando a índole é económica, a violência é perpetrada por *gangs*⁴⁰ ou grupos profissionais de crime organizado que se dedicam ao tráfico de drogas ou de seres humanos, que lutam pela posse ou domínio dos canais de distribuição dos recursos naturais, ocupam-se da extorsão e raptos para obter resgate, ou fazem assaltos a bancos, lojas e casas particulares. O roubo de rua também pode estar contemplado, incluindo furto de carros, carteiras e outros objetos pessoais.

³⁹ Atividades de guerrilha em Marrocos. Cf. Elalamy, 2014: 85.

⁴⁰ Gangs de rua. Cf. Strydom and Ncube, 2016: 19.

A violência social vive-se e sente-se no quotidiano de sociedades disfuncionais, onde os valores da paz e da concórdia não são predominantes, onde os conflitos entre grupos de arruaceiros ou delinquentes são comuns. O terrorismo tem tendência a germinar em contextos onde já há predisposição para a violência⁴¹, abuso físico e psicológico. A este nível destacam-se os crimes de género ou de ódio, mas também as brigas de bares; confrontações espontâneas nas ruas ou em encontros desportivos.

Figura 1: Tipologia da Violência



Fonte: Autora (baseado em Esser, 2007: 16)

A Figura 1 é complementar à Tabela 2 e ajuda a diferenciar os tipos de violência. Faz alusão a diferentes graus de organização e de intensidade. Portanto, o crime organizado e o conflito aberto envolvem mais organização, do que a anomia e a violência endémica. Mas os contrabandistas e os cartéis desenvolvem atividades sistematizadas de intensidade mais baixa e estratégica, do que os *gangs* e as milícias, normalmente mais passionais e voláteis no terreno.

⁴¹ Cf. Sousa Galito, 2012b: 89-111.

Das quatro hipóteses, a potencialmente mais mortífera para os civis é o conflito aberto. Porém, todas as categorias representam desafios específicos, de curto ou longo prazo, difíceis de dirimir e corrigir quando se está dentro de um círculo vicioso do que qual não se consegue sair.

Quando o poder baseado na força é substituído por um espírito de negociação, é mais fácil promover o acordo entre as partes com base em interesses comuns. Uma governação autocrática, baseada no secretismo, cria antagonismos e dualismos e rivalidades.

CONCLUSÃO

O Estado-Nação⁴² (um Estado, uma Nação) claudica quando não há crescimento sustentável. O seu governo perde credibilidade quando fracassa na distribuição de bens e serviços públicos em função dos recursos disponíveis. Neste caso, a Democracia é considerada a panaceia de todas as soluções⁴³ e um Estado de Direito Democrático só perde credibilidade quando não funciona, ou não corresponde às expectativas.⁴⁴

Mas os países do Magrebe e do Sahel são quase todos Estados com várias Nações. Muitas etnias, ou grupos sociais diferentes, se subdividem por vários Estados. Há divergências culturais, religiosas e políticas consideráveis dentro de cada país.

Não é fácil aplicar, neste contexto, um modelo de Estado de Direito Democrático ao estilo europeu. A *Primavera Árabe* introduziu mudanças no Norte de África, mas não conseguiu, pelo menos por enquanto, fazer vingar o *rule of law* com *checks and balances* em todos estes países, se entendermos que «A credibilidade da Democracia, enquanto sistema político, depende cada vez mais do como funciona (prática) e no que (se) fornece.» (Large e Sisk, 2006: 2); e esta mal sobrevive, na região, a escândalos de corrupção, a crises sociais e políticas, ou à violência extrema de grupos terroristas. No caso específico do Sahel, há até «(...) uma série de desafios, incluindo fragilidade estadual, instituições fracas, falta de

⁴² «Os Estados-Nação falham quando são consumidos pela violência interna e deixam de fornecer bens políticos positivos aos seus habitantes. Os seus governos perdem credibilidade, e a natureza contínua do Estado-Nação, em si, torna-se questionável e ilegítimo nos corações e mentes dos seus cidadãos.» (Rotberg, 2004: 1)

⁴³ Large e Sisk, 2006: 2.

⁴⁴ «O tema da Democracia, tão celebrado após a queda do Muro de Berlim, agora recebe *mixed press*. Sinais de falta de confiança no/e o declínio da legitimidade dos sistemas democráticos (...) estão a emergir em muitas partes do mundo.» (Large e Sisk, 2006: 1)

desenvolvimento, falta de justiça social, processos políticos com pouca participação, falta de transparência ou responsabilização, fracas estruturas burocráticas, desemprego dos jovens, êxodo rural para as cidades, problemas ambientais e pobreza.» (Danjibo, 2013: 18)

A comunidade internacional o que pode fazer é conceder apoio (ajuda humanitária ou aumentar os fluxos comerciais com estes mercados), sobretudo aos Estados mais frágeis, para que estes possam organizar-se, aplicar a justiça e garantir a segurança das suas populações, em particular as que vivem com medo ou almejam melhores condições de vida (alimentação, habitação, saúde e emprego, para não se viver na miséria, na fome, sem teto ou sem fonte de rendimento).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I.

Alesina, Alberto *et al.* (2006). "Artificial States". *Harvard University Working Papers*, February, pp. 1-39.

Badmus, Isiaka A. (2008). "Nosso Darfur, Darfur Deles: A Política Desviante do Sudão e a Nascente *Limpeza Étnica* em uma Emergente Anarquia Africana". *Contexto Internacional*, vol. 30, N.º 2, Maio/Agosto, pp. 309-360.

Bastos, Celso R. (1992). *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva.

Brooks, Rosa E. (2005). "Failed States, or the State as Failure?". *The University of Chicago Law Review*, Vol. 72, N. 4, Fall, pp. 1159-1196. URL:
<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5340&context=uclev>

Cambi, Eduardo (2011). *Neoconstitucionalismo e Neoprocessualismo: Direitos Fundamentais, Políticas Públicas e Protagonismo Judiciário*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Canotilho, José (2002). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina.

Danjibo, Nathaniel D. (2013). "The Aftermath of the Arab Spring and Its Implication for Peace and Development in the Sahel and Sub-Saharan Africa". *Strategic Review for Southern Africa*, Vol. 35, N. 2, pp. 16-34.

Devlin-foltz, Zachary (2010). Estados Frágeis de África: Fortalecimento dos Extremistas, Exportação do Terrorismo. *Centro de Estudos Estratégicos de África*, Resumo de Segurança de África, N.º 6, Agosto, pp. 1-8.

Mais *Working Papers* CESA / CSG disponíveis em:

<https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/index.php/publicacoes/working-papers-cesacsg>

- Elalamy, Youssouf A. (2014). “Small Brothers are Watching You: Reflections on a Moroccan Digital Spring”. In Hussey, Andrew and Rose, Martin (Eds.). *The Challenge of North Africa*. SENARP-University of London Institute in Paris; pp. 77-87.
- Esser, Daniel E. (2007). “*Target Kabul* – Human Insecurity in the Afghan Capital”. In “Human Security for an Urban Century – Local Challenges, Global Perspectives”, *Humansecurity-cities.org*, Library and Archives Canada Cataloguing in Publication, pp. 14-17.
- European Forum for Democracy and Solidarity (2018a). “Algeria”. EFDS – Countries, pp. 1-8. URL: <https://www.europeanforum.net/uploads/countries/pdf/algeria.pdf>
- European Forum for Democracy and Solidarity (2018b). “Libya”. EFDS – Countries, pp. 1-5. URL: <https://www.europeanforum.net/uploads/countries/pdf/libya.pdf>
- European Forum for Democracy and Solidarity (2018c). “Morocco”. EFDS – Countries, pp. 1-9. URL: <https://www.europeanforum.net/uploads/countries/pdf/morocco.pdf>
- European Forum for Democracy and Solidarity (2018d). “Tunisia”. EFDS – Countries, pp. 1-12. URL: <https://www.europeanforum.net/uploads/countries/pdf/tunisia.pdf>
- Gienapp, William E. (2002). *This Fiery Trial: The Speeches and Writings of Abraham Lincoln*. Oxford: Oxford University Press.
- Joffé, George (2014). “The Maghreb in the Twenty-First Century”. In Hussey, Andrew and Rose, Martin (Eds.). *The Challenge of North Africa*. SENARP-University of London Institute in Paris; pp. 9-24.
- Koepf, Tobias (2014). “The New Shelian Terrorist Landscape – Actors and Challenges”. In Barrios, Cristina and Koepf, Tobias (Eds.). *Re-mapping the Sahel: Transnational Security Challenges and International Responses*. Institute for Security Studies of the European Union, Report N.º 19, June, pp. 11-18.
- Kritikou, A. Marina (2017). “Failing States in a Failed Paradigm”. Radboud Universiteit, Faculty of Arts, August 15th, Master Thesis in History. URL: [https://theses.uibn.ru.nl/bitstream/handle/123456789/5127/Kritikou%2C Marina A. 1.pdf?sequence=1](https://theses.uibn.ru.nl/bitstream/handle/123456789/5127/Kritikou%2C%20Marina%20A.%201.pdf?sequence=1)
- Laamiri, Mohamed (2014). “Moroccan Women between Legal Aspirations and Cultural Traditions: The Story of an Evolution”. In Hussey, Andrew and Rose, Martin (Eds.). *The Challenge of North Africa*. SENARP-University of London Institute in Paris; pp. 33-52.
- Large, Judith and Sisk, Timothy D. (2006). “Democracy, Conflict and Human Security: Pursuing Peace in the 21st Century”. *International Institute for Democracy and Electoral Assistance*, Handbook Series, pp. 1-243.

- Marcos, Zenebeworke T. (2007). “Revisitando as Instituições Consuetudinárias e as Relações de Género: Um Enorme Desafio”. *Compêndio de Estudos de Países sobre Género e Terra – Género e Gestão dos Recursos Naturais*, FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, Roma, pp. 3-12. URL: <http://www.fao.org/3/a0297p/a0297p00.htm>
- Mendonça, Ricardo F. (2012). “Democracia e Desigualdade: As Contribuições da Teoria do Reconhecimento”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, N.º 9, Setembro-Dezembro, pp. 119-146.
- Merrills, Andy H. (2004). “Introduction – Vandals, Romans and Berbers: Understanding Late Antique North Africa”. In *Vandals, Romans and Berbers: New Perspectives on Late Antique North Africa*. London: Ashgate; pp. 1-29.
- Moser, Caroline (2004). “Urban Violence and Insecurity: an Introductory Roadmap”. *Environment & Urbanization Brief*, N. 10, pp. 1-6.
- Pires de Lima, Bernardo (2006). Equilíbrios de Poder na África Subsariana: do Terrorismo Islâmico ao Falhanço de uma Região. *Nação e Defesa*, N.º 114, 3ª Série, Verão, p. 75-97.
- Rekawek, Kacper (2014). “Terrorism in the Sahel in a Global Context: Dismantling the Narrative of *Afrighanistan*”, In Barrios, Cristina and Koepf, Tobias (Eds.). *Re-mapping the Sahel: Transnational Security Challenges and International Responses*. Institute for Security Studies of the European Union, Report N.º 19, June; pp. 19-24.
- Rotberg, Robert (2004). “The Failure and Collapse of Nation-States – Breakdown, Prevention, and Repair”. In Rotberg, Robert (Ed.). *When States Fail – Causes and Consequences*. (Chapter 1). New Jersey: Princeton University Press; pp. 1-45
- Sousa Galito, Maria (2012a). “Terrorismo, Etnicidade e Extremismo Islâmico no Sahel”. *Janus.Net*, Observare – Universidade Autónoma de Lisboa, Vol. 3, N.º 2, Outono, pp. 148-161.
- Sousa Galito, Maria (2012b). “AQIM – Terrorismo Islâmico no Magreb e do Sahel”. *Revista do Centro de Investigação sobre Ética Aplicada (CISEA)*, Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, N. 2, setembro, pp. 89-111.
- Sousa Galito, Maria (2013). “Terrorismo na Região do Sahel”. *CESA-ISEG*, WP 118, pp. 1-35.
- Strydom, Hennie and Ncube, Swikani (2016). “State and Sub-State Terrorism in Africa”. *Kazan Journal of International Law and International Relations*, Special Issue, South African Association of International Law and Russian Association of International Law, pp. 16-26. URL: https://www.researchgate.net/publication/319287662_STATE_AND_SUB-STATE_TERRORISM_IN_AFRICA

- Teshome, Wondwosen B. (2008). Ethnicity and Political Parties in Africa: the Case of Ethnic-based Parties in Ethiopia. *Uluslararası Sosyal Arastirmalar Dergisip, The Journal of International Social Research*, Vol. 1/5, Fall, pp. 780-809.
- Thurston, Alex (2012). "Mauritania's Islamists". *The Carnegie Papers*, Middle East, Carnegie Endowment for International Peace, March, Washington DC, pp. 1-25.
- Tonet, Fernando (2016). "Os Direitos Fundamentais e o Conceito de Democracia". *Redes – Revista Eletrónica Direito e Sociedade*, Canoas, Vol. 4, N.º 1, Maio, pp. 45-61.
- Yacoubi, Imen (2014). "Rereading the Landscape of History: Tunisia's Untold Territories". In Hussey, Andrew and Rose, Martin (Eds.). *The Challenge of North Africa*. SENARP-University of London Institute in Paris; pp. 25-32.

II.

- FFP (2018). "Fragile States Index". Fund for Peace, April. URL: <http://fundforpeace.org/fsi/2018/04/24/fragile-states-index-2018-annual-report/>
- IMF (2018). "World Economic Outlook Database". World Economic and Financial Survey, WEO Data, April. URL: <https://www.imf.org/>
- ONU (2006). "Estrategia Global de las Naciones Unidas Contra el Terrorismo". Oficina de Lucha contra el Terrorismo, Equipo Especial sobre la Ejecución de la Lucha Contra el Terrorismo. URL: <https://www.un.org/counterterrorism/ctitf/es/un-global-counter-terrorism-strategy>
- Reis, Bárbara (2017). "O Sahel Concentra Todas as Crises do Mundo". Público, 07/02. URL: <https://www.publico.pt/2017/02/07/mundo/entrevista/o-sahel-concentra-todas-as-cries-do-mundo-1761024>
- Sola, Miguel (2018). "Mapa actividade Yihadista en el Magreb y Sahel Occidental: septiembre 2018". OIET – Observatorio Internacional de Estudios sobre Terrorismo, 17/10. URL: <https://observatorioterrorismo.com/>

ANEXO

Tabela A1: Magrebe + Sahel

País	Indicador	1998	2008	2018
Líbia	PIB preços constantes (%)	-0,377	2,666	16,437
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes	5.980,039	12.570,871	6.699,897
	Inflação (%)	3,719	10,401	24,335
	População (Milhões)	5,010	5,880	6,513
Marrocos	PIB preços constantes (%)	7,239	5,923	3,074
	PIB <i>per capita</i> , preços corrente	1.519,174	2.946,926	3.435,475
	Inflação	2,745	3,891	1,400
	População (Milhões)	27, 519	31,391	35,220
Tunísia	PIB preços constantes (%)	4, 963	4,460	2,400
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes	2,336.042	4,341.208	3.462,822
	Inflação (%)	3,102	4,345	6,963
	População (Milhões)	9,333	10,329	11,637
Argélia	PIB preços constantes (%)	5,098	2,360	3,040
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes	1.633,090	4.943,502	4.669,224
	Inflação (%)	4,950	4,855	7,400
	População (Milhões)	29,507	34,591	42,326
Mauritânia	PIB preços constantes (%)	2,778	1,080	2,700
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes	549,551	1.265,270	1.368,990
	Inflação (%)	8,032	7,450	3,705
	População (Milhões)	2,495	3,119	3,970
Burkina Faso	PIB preços constantes (%)	7,308	5,800	6,024
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes	255,710	571,690	750,625
	Inflação (%)	4,911	10,668	2,000
	População (Milhões)	10,969	14,709	19,460
Chade	PIB preços constantes (%)	6,952	3,063	3,514
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes	277,790	1.067,748	919,603
	Inflação (%)	4,259	8,311	2,117
	População (Milhões)	7,108	9,730	12,490
Eritreia	PIB preços constantes (%)	7,900	-9,783	4,189
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes	219,756	284,696	1.111,481
	Inflação (%)	9,467	19,925	9,000
	População (Milhões)	3,683	4,848	6,047
Etiópia	PIB preços constantes (%)	-4,185	11,200	8,546
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes	134,226	334,145	909,985
	Inflação (%)	3,600	44,371	11,215
	População (Milhões)	60,179	80,321	94,138

Fonte: IMF/FMI (2018)

PIB *per capita* preços correntes (dólares).

Mais Working Papers CESA / CSG disponíveis em:

<https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/index.php/publicacoes/working-papers-cesacs>

Tabela A2: Magrebe + Sahel (continuação)

País	Indicador	1998	2008	2018
Mali	PIB preços constantes (%)	2,926	4,773	5,000
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes	318,588	688,772	917,479
	Inflação (%)	4,070	9,121	1,365
	População (Milhões)	10,445	14,223	19,517
Níger	PIB preços constantes (%)	12,712	9,650	5,117
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes	200,631	382,360	510,323
	Inflação (%)	4,546	11,294	3,892
	População (Milhões)	9,871	14,198	19,339
Nigéria	PIB preços constantes (%)	2,496	7,199	2,117
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes	1.861,065	2.234,359	2.107,610
	Inflação (%)	7,862	11,581	14,018
	População (Milhões)	112,665	147,810	193,875
Senegal	PIB preços constantes (%)	5,899	3,682	7,038
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes	537,058	1.101,170	1.208,518
	Inflação (%)	0,989	6,335	1,506
	População (Milhões)	9,418	12,204	16,319
Sudão do Norte	PIB preços constantes (%)	8,242	3,847	3,700
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes	379,477	1.700,513	992,652
	Inflação (%)	17,105	14,284	43,524
	População (Milhões)	29,800	38,126	41,985
Sudão do Sul	PIB preços constantes (%)			-3,815
	PIB <i>per capita</i> , preços correntes			246,164
	Inflação (%)			104,122
	População (Milhões)			12,976

Fonte: IMF/FMI (2018)

PIB *per capita* preços correntes (dólares).